



GT - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

## **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO\***

Caroline Tertulino da Silva<sup>1</sup>, João Batista de Lima Martins Neto<sup>2</sup>, Livia Maria Silva Coutinho<sup>3</sup>

### RESUMO

Um dos setores mais produtivos da economia brasileira é o turismo, envolvendo diversas atividades de serviços turísticos reconhecidas, tais como hospedagem, transporte, alimentação e atrativos. Porém, além de trazer benefícios às regiões, ela também pode gerar impactos negativos no que se relaciona ao respeito e à preservação do ambiente e às culturas locais. Como resposta a esses impactos, surge a proposta de Turismo de Base Comunitária que utiliza os princípios da Economia Solidária para garantir a sustentabilidade das atividades, considerando a harmonia com a natureza e o respeito às singularidades de povos e comunidades tradicionais. Sendo utilizada como prática predominante nas regiões ainda não fortemente exploradas pelo turismo empresarial de massa, geralmente marcadas pela maior vulnerabilidade socioeconômica da população local, o turismo de base comunitária torna-se um instrumento econômico de dinamização socioeconômica nas regiões que desejam desenvolver esse setor produtivo e resguardar suas tradições. Considerando esses pressupostos, a Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte vem realizando assessoria e acompanhamento ao Grupo de Turismo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão. A partir daquela iniciativa, o presente trabalho irá discorrer sobre a prática solidária e sustentável dessa modalidade de turismo, além de destacar como estão sendo realizadas as ações da Incubadora na Reserva, considerando os princípios pedagógicos da educação popular, na realização de processos formativos, de diagnósticos e de planejamento participativo no local, junto ao grupo de turismo da Reserva, além de destacar quais são os entraves para a promoção do turismo de base comunitária na área.

**Palavras-chave:** Turismo de base comunitária. Economia Solidária. Extensão Universitária.

---

\* A elaboração do artigo contou com a orientação da Profa. Dra. Ilena Felipe Barros, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, coordenadores da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários.

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social; bolsista da INICIES e membro do grupo de estudo e pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos Humanos.

<sup>2</sup> Guia de turismo (IFRN), graduando em Serviço Social (UFRN), bolsista INICIES; integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social.

<sup>3</sup> Guia de turismo (EEJNC), graduanda em Turismo (UFRN), bolsista INICIES.



## 1 INTRODUÇÃO

---

Esse trabalho faz parte do processo de aprendizados na Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (INICIES/UFRN). Criada em 2012, a incubadora possui projetos que priorizam o beneficiamento das populações vulneráveis, merecendo destaque para sua atuação junto a povos e comunidades tradicionais. Apesar de estar vinculada ao departamento de Serviço Social da UFRN, possui caráter multidisciplinar para a promoção e fortalecimento de iniciativas de Economia Popular Solidária como estratégia de desenvolvimento local e territorial, através da valorização da biodiversidade e do respeito às diversidades socioculturais existentes.

A metodologia de atuação da INICIES perpassa por processos de educação popular, aprimoramento e disseminação de tecnologias sociais, suas ações orientam para a promoção do trabalho associado e cooperação entre pequenos produtores de forma que possibilite a sustentabilidade de suas atividades produtivas e obtenção de renda, para que posteriormente sejam revertidas em melhorias nas condições de vida das pessoas e comunidades envolvidas.

Do mesmo modo em que se preconiza a articulação entre agentes externos, a incubadora propõe e realiza parcerias estratégicas com outras iniciativas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Rio Grande do Norte (IFRN), como também com entidades e organizações da sociedade civil, desenvolvendo processos de troca e construção de conhecimentos entre docentes, discentes e agentes sociais. Portanto, a INICIES se constitui como um instrumento de integração das três dimensões acadêmicas: ensino, pesquisa e extensão propiciando o desenvolvimento solidário e sustentável no Rio Grande do Norte.

O tocante texto irá discorrer sobre as ações de promoção da prática do Turismo de Base Comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT), realizadas pela Incubadora através da assessoria prestada ao Grupo de Turismo da Reserva.



Tem-se por pressuposto que o turismo é uma atividade promotora de capital, movimentando diversos setores econômicos, tais como o lazer, transporte, hospedagem e alimentação, entre outros e, por isso, cada vez mais, essa atividade precisa ser pensada e planejada, seja pelos turistas, seja pelos receptivos ou pela gestão local, pois sua realização tem impactos em diversas dimensões da realidade – ambiental, cultural, social e econômica de uma determinada área. Apesar de algumas virtudes, o significativo crescimento do turismo no mundo e no Brasil, sobretudo nos casos em que a comunidade local não tem controle sobre os riscos negativos da sua prática, dentre os quais podemos elencar a destruição de recursos naturais, o êxodo da população nativa e o aumento da especulação imobiliária da região.

No caso da realidade brasileira, além dos impactos específicos da atividade turística, é preciso considerar os grandes desafios da concentração de renda e da riqueza, as fragilidades políticas nas instituições democráticas e as restrições orçamentárias que limitam a capacidade de ação reguladora estatal, sobretudo quando se trata de preservar os interesses coletivos e garantir direitos sociais, além da redução ao incentivo do desenvolvimento territorial. Por isso, é preciso repensar o turismo em bases sustentáveis para o ambiente e solidárias (trazendo benefícios para todas as pessoas).

Dessa forma, como resposta à prática predatória do turismo tradicional, têm sido experimentadas diversas alternativas a partir de comunidades que se organizam para valorizar suas riquezas e preservar sua cultura a partir da promoção do turismo. Foi assim que surgiu a proposta de turismo de base comunitária (TBC) com o objetivo de preservação da natureza e de resguardar as tradições e o modo de vida das comunidades. É nesse formato de turismo, no qual a comunidade organiza e presta serviços aos seus visitantes.

Existem, porém, grandes desafios e obstáculos para avançar nessas práticas de TBC, o que requer persistência e constante aprendizado com os erros e acertos. Assim, busca-se neste texto sistematizar os aprendizados de construção coletiva de diagnóstico e de planejamento participativo das atividades turísticas na RDSEPT entre 2022 e 2023, período posterior à fase mais grave da Pandemia da Covid-19 que requereu a retomada e a reorganização daquela atividade na Reserva.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

---

### 2.1 Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária

O capitalismo é o modo de produção dominante em esfera mundial, seu desenvolvimento destaca acumulação de capital e concentração de renda para uma pequena parcela da população, enquanto a grande maioria da população vive em vulnerabilidade socioeconômica. Os principais determinantes desse modo de produção, configuram diferentes formações históricas que se expressam no modo como os indivíduos se organizam para produzir, distribuir e consumir os bens materiais necessários à sua subsistência (GAIGER, 2003).

O conceito de modo de produção diz respeito à totalidade histórica, dada pelo conjunto de relações que vinculam os indivíduos e grupos ao processo de produção, no sentido amplo de suas condições materiais de existência, compreendendo igualmente a circulação e troca dos bens materiais (GAIGER, 2003 p 187)

A afirmação de Gaiger, com base nos estudos de Marx, destaca que o modo de produção e consumo interfere, diretamente, nos processos e relações sociais existentes em determinada região, de forma que a sociabilidade do capital se expande destruindo as que existiam anteriormente, não apenas os modos de produção que eram baseados em relações servis e de escravidão, mas também as formações sociais camponesas e de produção artesanal, baseadas na pequena produção familiar, além de povos e comunidades tradicionais, remanescentes de povos originários nas terras conquistadas e colonizadas, desde a idade moderna, cujas sociabilidades eram orientadas pela cooperação, reciprocidade e autodeterminação dos povos

Apesar da sua força de expansão, o capitalismo produz também contradições e antagonismos. Sabe-se que o sindicalismo operário e as iniciativas de cooperativismo surgiram após o *boom* do capitalismo industrial, como respostas à quebra da produção camponesa e artesanal, com impactos na vida de homens e mulheres que foram submetidos ao assalariamento, tendo em vista o processo de alienação do trabalho que o sistema fabril impôs.

No atual contexto, a Economia Solidária ressurge como forma de resgate de formas de sociabilidades de povos originários e como herdeira da resistência do movimento operário, sendo compreendida como um modelo alternativo de produção



cujos princípios destoam do padrão instituído pela globalização do capital, pois se baseia pela propriedade coletiva ou associada e pela valorização do trabalho cooperado como instrumentos de desenvolvimento. Para Singer (2008), a economia solidária caracteriza-se como uma oposição ao modo de produção capitalista, defendendo a igualdade de direitos, a autogestão de empresas e empreendimentos, por parte dos trabalhadores e que os meios de produção sejam de posse coletiva.

Com essa compreensão, a Economia Solidária é definida pelo autor como:

Um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se são pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. (SINGER, 2008 p 289)

A compreensão da Economia Solidária permite o entendimento de que além de uma proposta alternativa ao modelo de produção, ela faz parte de uma corrente de pensamento e ações difundida por partidos de esquerda, entidades e associações da sociedade civil brasileira. Seu caráter político preconiza o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, objetivando garantir os princípios sociais que uma economia deve ter, sendo em favor da redução das desigualdades, da exclusão e da pobreza. Ademais, como já citado, mesmo sendo descrita com origem europeia, estudos da antropologia econômica apontam que as práticas e valores de reciprocidade, cooperação e formas de trabalho presentes na Economia Solidária já eram empregadas no modo de vida, produção e consumo dos povos originários (SABOURIN, 1999).

No que tange a realidade brasileira, a Economia Solidária torna-se pauta social em meados de 1980 e avançou nos anos 1990, durante a crise financeira vivida naquelas décadas, causada pelo esgotamento do modo de produção. Com esse cenário, a alternativa ao capitalismo foi difundida no país por diversas entidades como forma de enfrentamento aos problemas socioeconômicos instaurados (CARVALHO, 2011).



Desta forma, pode-se afirmar que a economia solidária possui sua centralidade na solidariedade mútua entre indivíduos explicitando um conjunto de estratégias econômicas alternativas de produção, prestação de serviços e consumo de caráter coletivo, em contraste com individualismo competitivo do “livre mercado” capitalista. Nesta percepção, a prática da economia solidária pressupõe planejamentos e organizações que fomentem novos arranjos para o mercado de consumo possibilitando o desenvolvimento local e regional. Conforme Silveira (2013 p 16):

Por meio da Economia Solidária os traços de inclusão social se fortalecem como resposta importante não só aos trabalhadores como também das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. Esta nova prática de produção privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social e o cuidado com o meio ambiente tomando as devidas responsabilidades com as gerações futuras.

Dentre as muitas formas de Economia Solidária, temos, no campo do turismo, a promoção do Turismo de Base Comunitária (TBC), que é um modelo de desenvolvimento do turismo direcionado aos recursos humanos, naturais, e de infraestrutura. Dessa forma, o TBC irá envolver a comunidade local, onde participarão diretamente da concepção e gestão do turismo (FABRINO, 2013).

O turismo engloba um conjunto de atividades, que incluem serviços no setor de hospedagem, alimentação e entretenimento (Beni, 2008). Dentro do turismo encontram-se diversos segmentos, como o turismo de aventura, turismo histórico, turismo cultural, turismo gastronômico, dentre eles o turismo comunitário, ou turismo de base comunitária que pode abranger os demais tipos de turismo em determinada comunidade local. Grimm & Sampaio (2011 p. 58) citam:

Na perspectiva de uma nova demanda, e na oportunidade de inclusão na atividade turística de comunidades distanciadas do contexto da economia globalizada, surge uma nova modalidade turística capaz de oferecer as mais variadas oportunidades de inserção e opção de vivências aos turistas: o turismo de base comunitária.

A partir desse pensamento, percebe-se que o TBC surgiu como uma nova forma de atender às comunidades, buscando a inclusão, bem como a geração de renda, beneficiando a população da comunidade, e atraindo turistas que tenham o interesse de conhecer a diversidade presente nesses ambientes, obtendo a oportunidade de



desfrutar dessas experiências, sempre com o foco na preservação desses lugares. É importante entender que o turismo comunitário não envolve apenas a observação ou à convivência com a comunidade local, também inclui o envolvimento com os projetos comunitários (SAMPAIO, 2005).

Tendo em vista esses aspectos abordados, vale ressaltar ainda, a importância de uma boa capacitação da comunidade receptora, trabalhando a autogestão, o empreendedorismo, a preservação da identidade local e principalmente o planejamento, para incentivar a atividade turística na localidade, de forma sustentável. Embora seja um tema ainda pouco abordado para o que deveria ser, o TBC passou a influenciar operadoras e agências internacionais que estariam buscando dar uma maior visibilidade a esses tipos de destinos turísticos, capazes de viabilizar novas experiências e descobertas para um "cidadão global", em busca de oportunidades de vivências e aprendizagens, para além dos diversos tipos de turismo disponíveis (IRVING, 2009).

O turismo de base comunitária amplia um novo olhar sob as formas de se fazer turismo, onde os turistas não estão apenas em busca do que é comum e esperado. Coriolano (2009) retrata:

O turismo não somente mapeia territórios, mas cria territorialidades, pois define destinos, propõe roteiros, dando visibilidade a espaços até então "invisíveis". Além de construir espaços simbólicos, a atividade turística tece rede extensa de pequenos negócios que, por sua vez, cria sociabilidades as mais diversas. Assim, seguem *pari passo* os dois eixos do turismo: o globalizado e o de base comunitária, que em efervescência se contrapõem e se complementam, e este segmento muitos governos não conseguem apreender.

Portanto, o TBC será responsável pela exploração do turismo local através dessas atividades econômicas, realizadas de maneira associativa pela comunidade, envolvendo a interação entre as famílias dos residentes e o turista. Nesse segmento os residentes possuem o controle produtivo das atividades, desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos (CORIOLANO, 2009).

Cientes dos conceitos básicos que perpassam a promoção do turismo de base comunitária, pode-se afirmar que desenvolver essa prática implica na necessidade da apropriação de conhecimento adquiridos por pesquisas, estudos e leis para que sirvam



de base nas ações prestadas. Segundo Reinaldo Dias (2008), o desenvolvimento do turismo deve se fundamentar nos critérios da sustentabilidade, buscando a preservação do ecossistema além de realizar, junto à comunidade, atividades de viabilidade econômica.

Há vários documentos oficiais norteadores da prática em TBC, merecendo destaque a Carta do Turismo Sustentável, fruto de um encontro na Espanha em 1995, o documento enfatiza a necessidade do reconhecimento de um turismo que esteja atrelado aos aspectos socioeconômicos e culturais, além de explicitar a influência do turismo na degradação ambiental e na perda da identidade local, ou seja, apresenta os aspectos negativos do turismo. Bartholo et al (2009, p. 17) destacam que nas formulações sobre TBC as expressões da participação, protagonismo social e fomento cultural ganham destaque e passam a se associar com a temática da conservação ambiental.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

---

No desenvolvimento do presente trabalho utilizou-se da abordagem qualitativa que possibilitou, a partir da vivência nas atividades da Incubadora a reflexão crítica sobre as ações realizadas, tornando os pesquisadores um instrumento chave para a obtenção e sistematização dos conhecimentos aqui relatados, de forma que o lugar da pesquisa se tornou um ambiente natural, ajudando no desenvolvimento da pesquisa (SOUSA & OTANI, 2007).

Com base nesses elementos, verifica-se que a pesquisa tem características da pesquisa-ação, considerando que a Incubadora atua a partir de problemáticas locais e mobiliza as organizações comunitárias para construção de alternativas de solução, contribuindo para ação-reflexão-ação dos envolvidos no processo.

A pesquisa também pode ser classificada como exploratória, possibilitando uma facilidade na observação de dados que podem apresentar novas visões das informações coletadas (VEAL 2011).

Em relação às técnicas de pesquisa, foi realizada pesquisa bibliográfica com revisão da literatura existentes, selecionando as obras e autores aqui citados, com o objetivo de favorecer o embasamento teórico da pesquisa. Da mesma forma, fez-se





um levantamento documental em planos de intervenção e relatórios das atividades realizadas. Gil (2009) afirma que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, construída principalmente através de livros e artigos científicos, enquanto a documental envolve a coleta e seleção de documentos (impressos e digitais) ainda não sistematizados com base em aportes teóricos e considerando normas acadêmicas.

Por fim, a vivência de colaboradores e bolsistas da Incubadora possibilitaram a coleta de dados, a pesquisa utilizou o método marxista crítico dialético que preconiza a compreensão das realidades expostas, que como afirmado por Netto (2009) essa metodologia permite enxergar as bases do objeto de estudo através do entendimento da formação histórica que elenca condicionantes e limites para a realidade estudada, em outras palavras, é a forma que quem pesquisa pode intervir com questões criadas no momento, desde que dentro do propósito da pesquisa. Com apoio nos estudos de Bardin (2005), houve a utilização da técnica de análise dos resultados, com a intenção de sistematizar as ações já realizadas.

## **4 RESULTADOS**

---

### 4.1 Turismo de Base Comunitária na RDS: avanços e desafios

Criada em 18 de julho de 2003, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT) está situada entre os municípios de Macau e Guamaré no estado do Rio Grande do Norte. A unidade de conservação ambiental integra o sistema estuarino do Rio Tubarão, na qual se localizam as comunidades pesqueiras de Diogo Lopes, Sertãozinho, Barreiras, Lagoa Doce, Mangue Seco I e II. Sua criação é resultado das lutas e resistências da comunidade local mediante as ameaças socioambientais de expansão do turismo predatório e exploração desordenada dos recursos naturais. A finalidade da reserva é garantir a preservação da natureza e assegurar a produção e reprodução das condições de vida da população local (pescadores e pescadoras artesanais).

As Unidades de Conservação fazem parte das estratégias de proteção dos recursos naturais brasileiros, implicando na preservação dos sistemas naturais e culturais, propondo práticas econômicas que atendam às necessidades das



comunidades que vivem nesses espaços ou em seu entorno. Nesse contexto, o turismo de base comunitária é apresentado como uma potencial prática capaz de sustentar essas áreas naturais protegidas. De toda forma, a promoção do turismo além de representar uma atividade econômica pode gerar impactos que comprometam a conservação dos recursos naturais e desenvolvimento comunitário (FILHA, MAZZOLINI, DE AZEVEDO, 2017).

A RDSEPT possui belos atrativos naturais, como dunas e praias, espaços com paisagens semelhantes se constituem de atrativos turísticos de rápida implantação turística. Nas regiões mais vulneráveis, esse fenômeno se opõe à preservação dos recursos naturais e das formas de vida das comunidades, deixando os nativos afastados do “progresso e desenvolvimento”.

Em caráter institucional, torna-se pertinente saber que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, prever que o objetivo de uma RDS é a promoção do desenvolvimento sustentável a partir da utilização dos recursos naturais. Logo, a prática do turismo tradicional nessas áreas pode acarretar negativos impactos ao objetivo, essa é a justificativa para a existência do TBC na reserva.

A gestão da RDSEPT é feita através da participação popular dos moradores da comunidade, desta forma há um Conselho Gestor, formado por representações da sociedade civil, setores produtivos, instituições públicas e moradores eleitos democraticamente para a gestão com mandato trienal. Desde a instituição da Reserva, em 2003, buscou-se dinamizar as ações de solução para as demandas prioritárias, desse modo, o conselho criou Grupos de Trabalho (GTs) que são incumbidos de realizar ações de fomento ou superação das demandas que são impostas. Os GTs estão relacionados à pesca, ao uso e ocupação do solo, ao monitoramento e ao turismo.

O GT do Turismo é composto por moradores, artesãos, guias de turismo e proprietários de equipamentos turísticos (serviços de alimentação, hospedagem, passeios e promoção de eventos), a proposta para suas ações perpassou pela necessidade de discutir a forma como o turismo deveria acontecer na Reserva, de maneira adequada a realidade. Foi através desse GT que a INICIES juntamente do Serviço de Assistência Rural e Urbano da Arquidiocese de Natal (SAR) passaram a atuar na Reserva.



Desde 2016, a INICIES juntamente com o Serviço de Assistência Rural e Urbano (SAR) acompanha e assessora as iniciativas de turismo de base comunitária da Reserva, a fim de propiciar espaços de diálogos para o enfrentamento dos desafios que se constituíram na área. Desde a instituição da Reserva, o turismo foi elencado como uma das atividades econômicas de desenvolvimento, do mesmo modo que a pesca, e assim se decidiu que uma não poderia substituir a outra, pelo contrário, uma deve ser complementar da outra. Possibilitando o surgimento de novas oportunidades para todos os moradores, incluindo os pescadores e seus familiares.

O GT de Turismo é formado por moradores da Reserva que se fazem interessados nas atividades relacionadas ao turismo como hospedagem, alimentação, passeios, realização de eventos e artesanato. Uma das principais atividades do GT foi definir os princípios fundamentais que deveriam embasar qualquer atividade relacionada ao turismo na RDSEPT.

Nas atividades realizadas, foi possível perceber que a comunidade compreende que o turismo, na reserva, deve estar associado às oportunidades de geração de renda, preservação da biodiversidade e melhorias das condições de vida da população residente. Porém, mesmo as atividades turísticas de base comunitária serem emergentes desde 2015, às expressões da crise econômica, agravada pela pandemia, enfraqueceram o Grupo de Turismo da Reserva portanto, buscou-se reavivar o grupo através de oficinas de diagnóstico e de planejamento que permitiram a identificação das fragilidades, oportunidades, ameaças e fortalezas, além de elencar quais potencialidades e desafios para a promoção do TBC na reserva.

No ano de 2022, a articulação entre a INICIES e o SAR retornou com as atividades coletivas junto ao Grupo de Turismo da Reserva, nesse sentido, criou-se objetivos estratégicos para a atuação, são eles: realizar um diagnóstico com análise situacional e, a partir disso, construir algumas estratégias para elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Turismo em Base Comunitária na RDSEPT e reativar o Grupo de Turismo da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão. A intenção de realizar o diagnóstico dessas atividades e construir planos de reestruturação delas junto com jovens da localidade e envolvendo diversos prestadores



de serviços de lazer, hospedagem e alimentação, com a finalidade de garantir a continuidade das ações propostas.

Ainda em 2022, foi possível realizar cinco oficinas de planejamento junto ao grupo de turismo e demais moradores da comunidade todas as oficinas tiveram o mesmo objetivo que foi fortalecer as atividades de turismo da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão, envolvendo todas as suas comunidades e organizações locais. No decorrer dessas atividades, os participantes realizaram o resgate histórico da trajetória do turismo na Reserva, onde foi possível identificar três fases de sua existência, o início, o momento mais dinâmico e o declínio das atividades. Nesse sentido, foi possível destacar as potencialidades e os desafios para a promoção do TBC.

Ao que tange a realidade de desafios para a atividade turística se evidencia a falta de apoio e incentivo que os pequenos empreendimentos possuem, a baixa divulgação da Reserva, a frágil estrutura turística da região e a pouca comunicação entre os nativos - esta última resulta na propagação de notícias falsas sobre a tomada de ações do Conselho Gestor.

Elencados esses itens foi possível avançar no que diz respeito ao processo de planejamento. Logo, as oficinas passaram a tratar de possíveis estratégias para o contorno desses entraves, os temas que o grupo considerou pertinentes foram: comunicação, formação, promoção de atividades e qualificação de serviços turísticos, preservação ambiental e fortalecimento institucional.

O processo formativo, de diagnóstico e de planejamento participativo, ainda está em execução, mas já é possível enxergar a resultante do processo que será a elaboração e a execução de um Plano Operacional de Prioridades. Os próximos passos serão validar as estratégias elaboradas a partir das dificuldades encontradas e executar, com sistemáticas avaliações, as medidas adotadas a partir das estratégias adotadas.

Também se faz necessário destacar, que no decorrer dessa experiência e em contato com outras organizações do estado, a INICIES firmou parceria com o Departamento de Turismo e com o Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFRN, essa parceria tem como objetivos esperados a identificação de experiências existentes



do TBC no Rio Grande do Norte além de buscar fortalecer essas iniciativas através de prestação de assessoria para criar mecanismos de aproximação entre elas. Pois, a proximidade fornece a base para uma rede colaborativa porque se espera que, por meio da construção de espaços de articulação, seja realizada a troca de saberes e experiências, permitindo o debate e a construção de estratégias de cooperação em rede entre essas iniciativas, além de dar espaço para ações de incidência políticas de interesse do setor, criando, assim, um ambiente institucional propício ao desenvolvimento da TB no Rio Grande do Norte.

---

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do turismo, principalmente em áreas de povos e comunidades tradicionais, geralmente emerge das atividades motivadas pelos atrativos naturais e pela preservação de modos de vida e de produção tradicionais. No entanto, quando se expandem as atividades turísticas, tendem a provocar diversos impactos. Dessa forma, o turismo de massa torna-se predatório e pode, inclusive, levar a extinção da própria atividade turística pelo desgaste das belezas naturais – geralmente frágeis – e pela expulsão, abandono ou êxodo da população tradicional local. Dessa forma, a prática do turismo, se não for pensada e planejada poderá acarretar danos irreversíveis para as comunidades e o meio ambiente.

As ações de turismo sustentável vêm sendo desenvolvidas há pelo menos duas décadas na Reserva de Desenvolvimento Ponta do Tubarão, com investimentos em infraestrutura (receptivo e barco, por exemplo) e na formação de guias turísticos, em gastronomia e manejo de recursos naturais, tendo por modelo um turismo pedagógico de base comunitária. No entanto, as pressões do setor empresarial – externo e alguns locais – atuam no sentido de oposição à reserva e a esse modelo de turismo sustentável e solidário. Para agravar ainda mais a situação, a Pandemia da Covid-19 provocou outros impactos naquelas atividades no local.

É nesse contexto que estão sendo desenvolvidas as atividades aqui relatadas, pela parceria entre a INICIES, o Serviço de Assistência Rural (SAR) e diversas organizações locais que fazem parte da Reserva. Verifica-se que esse processo tem sido orientado pela abordagem pedagógica da Educação Popular junto às



comunidades em potencial, pois, se compreende que do mesmo modo em que se teve instituição da área de preservação, somente os moradores e as suas organizações locais são capazes de garantir a sua continuidade. Apesar da existência e disputa de interesses que persistem na comunidade, ainda há consenso da necessidade de defesa da área, pois a preservação garante que a Reserva continue com seus interesses voltados ao bem dos habitantes e não aos interesses de agentes externos.

Processos formativos de incidência política são longos pelo fato de se fundamentarem na participação e adesão popular que, muitas vezes, deseja retornos imediatos. Mesmo assim, torna-se perceptível o avançar das ações realizadas, deixando explícita a compreensão e o desejo da comunidade para a promoção do turismo de base comunitária.

Dessa forma, vislumbra-se o potencial da identificação e articulação destas iniciativas com várias outras existentes em nível estadual no Rio Grande do Norte, expressando motivações e desejos de preservação da natureza e da cultura de povos e comunidades tradicionais que resistem às opressões capitalistas.

## REFERÊNCIAS

---

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradutor L'analyse de Contenu. Lisboa. Edições 70, 2005.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.) (2009). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CARVALHO, Keila Lúcia. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. **Universidade acadêmica do Rio de Janeiro. Ipea**, v. 47, 2011.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.

FABRINO, Nathália Hallack. Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. **Universidade de Brasília**, 2013.

FILHA, Iracy Wanderley; MAZZOLINI, Aída Gisella Veras; DE AZEVEDO, Francisco Fransualdo. Turismo Comunitário e Gestão Participativa na RDS Estadual Ponta do Tubarão (RN): processos e perspectivas. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 10, n. 2, 2017.



GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, 2003.

GIL, A. C. **Delimitação da Pesquisa**. In:\_\_\_\_\_. métodos técnicos de pesquisa. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRIMM, Isabel Jurema; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo de Base Comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 19, 2011.

JANÉR, A; BENCHIMOL, M; MOURÃO, R. **Manual Caiçara de Ecoturismo de Base Comunitária**. Instituto Bioatlântica, 2009.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, David (Org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Editora Veraz Ltda, 2003.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

SILVEIRA, Francisco Emanuel Viana. Banco Palmas: uma estratégia econômica e social para o desenvolvimento da comunidade do Conjunto Palmeira. 2013.

SABOURIN, E. (1999). Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do nordeste brasileiro. *Raízes*, Ano XVIII, No 20, novembro/1999, pp. 41 – 49.

SOUZA, Antonio Carlos. OTANI, Francisco Fialho e Nilo. **TCC: métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.